

A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NAS PROPRIEDADES RURAIS DE FEIRANTES DE CHAPECÓ/SC

Priscila Oliboni¹
Flavia Cristina Sossae²

RESUMO

O presente estudo é realizado a partir das propriedades rurais de feirantes, localizadas em Chapecó/SC, e tem como premissa analisar a sustentabilidade ambiental local. Este trabalho foi desenvolvido em 12 unidades agrícolas do município de Chapecó, sendo 6 orgânicas e 6 convencionais. O método para realizar a pesquisa foi aplicação de um questionário tendo como indicador de sustentabilidade a dimensão ambiental composta por: água, área agrícola, áreas de preservação, estado do solo, experiência no campo, formas de plantio, irrigação, manejo de agroquímicos, manejo do solo, práticas ecológicas e riscos de produção. Observou-se que o perfil dos feirantes sobre agricultura sustentável e práticas ambientais nas propriedades dos agricultores orgânicos tem um maior nível de instrução e de assistência técnica, o que se reflete em uma maior compreensão da importância da sustentabilidade ambiental e na aplicação de práticas ambientalmente mais sustentáveis.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável; Feiras Livres; Agricultura Familiar; Meio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu do interesse em estudar a sustentabilidade ambiental nas propriedades rurais de feirantes de Chapecó/SC.

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2003). A agricultura familiar hoje ocupa um espaço importante na economia, sociedade, e no desenvolvimento sustentável do país.

Para Pierri (2005), as feiras livres são canais de comercialização de produtos da agricultura familiar que raramente recebem apoio de políticas públicas específicas ou são objetos de programas de desenvolvimento rural. Quando presentes, os programas estão marcados por um forte caráter produtivista, deixando em segundo plano a análise das categorias sociológicas envolvidas na atividade. Tal fato expõe a invisibilidade econômica das atividades locais e certa marginalização da agricultura familiar nos programas de desenvolvimento dos municípios.

Referindo-se a tal assunto Pierri (2005) afirma que as feiras possuem um grande potencial como espaço de comercialização e relações sociais, bem como em termos de viabilização do comércio local, geração de ocupações e renda e de possibilidades de controle sobre a procedência dos produtos. No contexto atual, em que permanece a questão da segurança alimentar e nutricional, a importância das feiras adquire visibilidade

¹Engenheira Agrônoma graduada pela Universidade Comunitária de Chapecó (UNOCHAPECÓ). E-mail: priscilaoliboni@unochapeco.edu.br.

² PPG-DTMA-UNIARA.

em relação à disponibilidade e garantia de acesso a alimentos culturalmente referenciados.

A despeito das novas pautas de consumo padronizadas, influenciadas pelos movimentos da globalização, e da grande disponibilidade e facilidade de acesso aos alimentos industrializados, os alimentos in natura, oferecidos na feira, uma vez que se associam aos valores artesanais, são reconhecidos como alimentos de qualidade única.

Aposentados, desempregados e outros segmentos sociais de baixos ingressos econômicos também encontram na feira oportunidades de consumo. Esta, proporciona ao feirante remuneração condizente com os recursos disponíveis, próprios da economia informal, como pequenos estoques, custos fixos desprezíveis e publicidade nula, propiciando uma oferta de produtos essenciais a preços mais acessíveis na comunidade que está inserida.

Atualmente, é crescente a preocupação da sociedade com questões ambientais, alimentação saudável, políticas públicas, preços justos para produtos, desenvolvimento de países pobres, desenvolvimento econômico, economias solidárias e uma melhor qualidade de vida para pessoas. Em outras palavras, existe um direcionamento no pensamento e uma curiosidade espontânea por aquilo que é denominado como desenvolvimento sustentável (VERONA, 2008).

A sustentabilidade tem ganhado destaque devido à crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, econômicas e sociais, de forma a aumentar qualidade de vida de toda sociedade, preservando o meio ambiente, assim como ter organizações sustentáveis econômicas e indivíduos socialmente sustentáveis. Mais que os benefícios à sociedade, a adoção de mecanismos sustentáveis tem sido estrategicamente pensada como uma forma de diferenciação de produtos e também para a inserção em alguns mercados (SILVA, 2008).

O presente trabalho expõe uma breve discussão sobre agricultura familiar, agricultura sustentável e sustentabilidade ambiental. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a sustentabilidade ambiental nas propriedades rurais de feirantes de Chapecó/SC. Os objetivos específicos foram: construir o perfil dos feirantes sobre agricultura sustentável e práticas ambientais; comparar a compreensão dos agricultores familiares e feirantes agroecológicos e não agroecológicos sobre agricultura sustentável em caráter ambiental.

2 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Agricultura sustentável é o manejo dos ecossistemas agrícolas de modo a manter e ampliar sua produtividade, a qualidade do ambiente (ar, água e solo), a diversidade biológica e da paisagem, e a qualidade de vida das pessoas envolvidas – agora e no futuro – com as funções ecológicas, econômicas e sociais do meio rural. A simplicidade dessa definição contrasta com a dificuldade de se definir um objetivo prático, bem como um sistema para execução e avaliação, aplicáveis à formulação de políticas consequentes. Por exemplo, na maioria das vezes o alívio da pressão de degradação ambiental depende, ao menos parcialmente, da melhoria da renda, da tomada de consciência e da sedimentação de conhecimentos por parte dos produtores, sobre o valor intrínseco dos recursos ambientais – quer dizer, para a conservação de florestas, é melhor começar pelas pessoas do que pelas árvores (RODRIGUES, 2003).

Para Pretty (1995), a agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural, e mais do que de processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana. Dessa perspectiva, agricultura sustentável é, portanto, não apenas um modelo ou um pacote a ser simplesmente imposto. É mais um processo de aprendizagem. Há que se considerar

também que o significado que a agricultura assume não é a-histórico, isto é, muda para diferentes espaços e épocas históricas, e também de acordo com os contextos socioeconômicos e culturais correspondentes. Conclui-se que as respostas para estas questões são incertas, pois implica em avaliar a troca de valores e crenças. Muito embora não explicitados, esses valores e crenças também jogam um papel muito importante na produção do conhecimento científico, não apenas na definição das linhas de investigação como também na interpretação de resultados. Por isso, Pretty ressalta que o conceito de agricultura sustentável deve ser discutido a partir de uma crítica à ciência positivista, uma vez que grande parte dos problemas ambientais e socioeconômicos contemporâneos também decorre da forma como a ciência tem orientado a produção do conhecimento e a geração de tecnologias voltadas à agricultura.

A construção de uma agricultura sustentável envolve a promoção de uma educação ambiental que estimule a transformação ética e política dos indivíduos, promovendo mudanças que percorram o cotidiano individual e coletivo. A história comprova que é possível harmonizar a convivência dos seres humanos entre si e dos mesmos com a natureza, pois durante milhares de anos os sistemas naturais e os sistemas humanos conviveram de forma sustentável. Esse mito do ser humano enquanto sujeito de todos os direitos, e da natureza como objeto de toda exploração deve ser superado pela educação que se pretende emancipatória. Para tal, há que se reforçar o vínculo entre cultura, linguagem e consciência, considerando, principalmente, que o poder também se expressa na linguagem (LUZZARDI, 2006).

Agricultura foi definida como “a arte de modificar os ecossistemas, em termos econômicos e sem produzir danos irreversíveis” (MALAVOLTA, 1997, p.89).

2.1 CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

A busca por uma agricultura sustentável envolve uma grande variedade de intrincados sistemas e a superposição de variáveis interdependentes. Não existem respostas simples às questões relacionadas com agricultura sustentável. Diferentemente do que aconteceu com as tecnologias genéricas da Revolução Verde, é muito pouco provável que possa existir algo parecido com um “conjunto de tecnologias sustentáveis”, possível de ser aplicado em escala regional, nacional ou mundial. A realidade é muito complexa e dinâmica para permitir a existência de uma receita para a sustentabilidade (MARCATTO, 2002).

Invariavelmente, as discussões em torno das possibilidades e da necessidade de alteração do padrão tecnológico da agricultura causam a impressão de que, concluído o processo de transição na agricultura, esta inexoravelmente se encontraria em uma nova condição, comumente qualificada de “sustentável”, de conotação acentuadamente positiva, ainda que absolutamente nada possa garantir isso. Há que se reconhecer, além disso, que o entendimento que se tem sobre o que seria uma agricultura “sustentável” não é homogêneo, ainda que alguns consensos em torno de suas características gerais possam ser identificados. Todavia, cabe assinalar ainda que inclusive esses consensos padecem igualmente de um mesmo problema: suas proposições são por demais genéricas, não indo além, na maior parte das vezes, de uma declaração de intenções (PAULUS; SCHLINDWEIN, 2001).

3 SUSTENTABILIDADE

Na sua dimensão ambiental, a sustentabilidade da agricultura orgânica está relacionada com sua fundamentação em princípios ecológicos, tais como utilização de

espécies e variedades adaptadas à zona agroecológica, conservação da biodiversidade, recuperação e manutenção da fertilidade do solo mediante processos biológicos, manejo natural, biológico e cultural de pragas, doenças e plantas invasoras. Comparativamente ao método convencional, os métodos alternativos de produção são considerados ambientalmente mais sustentáveis pelo fato de otimizarem o uso dos recursos produtivos locais, serem menos dependentes de insumos externos e minimizarem o uso de fontes de energia não renováveis (SOUZA, 2008).

Nas últimas décadas, a discussão sobre o desenvolvimento tem pautado a questão da sustentabilidade como necessidade de preservação do meio ambiente, sem desconsiderar as dimensões sociais, econômicas, culturais, entre outras. Para tratar do desenvolvimento rural, torna-se necessário dialogar com a perspectiva da sustentabilidade, onde as estratégias e as políticas públicas para o incentivo à produção e à comercialização possam subsidiar uma forma de desenvolvimento para os espaços rurais, pautada na equidade, na valorização dos agricultores e dos seus saberes, na diversidade da sua produção, de forma comprometida com o ambiente e a sociedade (ZIGER, 2006).

Para Giordano (2005), na visão da Organização das Nações Unidas (ONU), a sustentabilidade envolve os seguintes aspectos: conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceito.

A noção de sustentabilidade incorpora uma clara dimensão social, e implica atender também as necessidades dos mais pobres de hoje - outra dimensão ambiental abrangente, uma vez que busca garantir que a satisfação das necessidades de hoje não pode comprometer o meio ambiente e criar dificuldades para as gerações futuras. Nesse sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável carrega um forte conteúdo ambiental e um apelo claro à preservação e à recuperação dos ecossistemas e dos recursos naturais (BUAINAIN, 2006).

Nota-se a abrangência do termo sustentabilidade, que vai além de simplesmente não degradar o ambiente, incorporando questões de qualidade de vida, competitividade empresarial, resultados positivos, tecnologias limpas, utilização racional dos recursos, responsabilidade social, entre outros (SILVA, 2012).

De acordo com Savitz e Weber (2007), “sustentabilidade é gestão do negócio de maneira a promover o crescimento e gerar lucro, reconhecendo e facilitando a realização das aspirações econômicas e não econômicas das pessoas de quem a empresa depende, dentro e fora da organização”.

O Sebrae (2009), ao caracterizar um dos programas que desenvolve, Tecnologia Social do PAIS, diz que “... é sustentável porque preserva a qualidade do solo e das fontes de água, incentiva o associativismo dos produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos, permitindo boas colheitas agora e no futuro”. Isso reflete a ideia de que sustentabilidade vai além das questões ambientais, abrangendo aspectos comerciais e sociais.

Altieri (2008) diz que “definida de forma ampla, sustentabilidade significa que a atividade econômica deve suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções futuras”.

Ehlers (1994) resume os itens que devem integrar uma definição de sustentabilidade: manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retornos adequados aos produtores; otimização da produção das culturas com o mínimo de “*inputs*” químicos; satisfação das necessidades humanas de alimentos e renda; e, atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Para Kamiyama (2011) a sustentabilidade está cada vez mais conhecida e utilizada em diversos setores da economia, mas não há um conceito definitivo, pois cada pessoa tem uma percepção sobre a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico e social.

Como se vê, não há uma definição única de sustentabilidade. Entretanto, há direcionamentos comuns entre os diversos autores e organizações envolvidas com a temática, o que permite entender quais os fatores que devem ser considerados ao se avaliar a sustentabilidade de uma organização ou de um sistema. Essa questão tem grande importância para as organizações e também para toda a sociedade, haja vista a crescente conscientização da necessidade de melhoria nas condições ambientais, econômicas e sociais, de forma a aumentar qualidade de vida de toda a sociedade, assim como ter organizações sustentáveis econômicas e indivíduos socialmente sustentáveis (SILVA, 2012).

4 A AGRICULTURA FAMILIAR

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo na propriedade, dando ênfase à diversificação da produção com a utilização do trabalho familiar. Essa forma de agricultura é considerada um tipo de produção importante por sua função ambiental, econômica e social. O modo de utilização da terra pode ter efeitos benéficos ou danosos ao meio ambiente. Sob o aspecto econômico, a agricultura familiar atua como meio de sobrevivência das famílias, e em relação ao aspecto social, ela pode garantir a melhoria na qualidade de vida das pessoas (CHIARELLO et al., 2008).

Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros”. Na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena aquela onde os imóveis rurais contam com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais (GONÇALVES; SOUZA, 2005).

Em um estudo feito na região sul do Brasil é adotada a seguinte definição: “Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento” (BITTENCOURT; BIANCHINI, 1996).

4.1 CARACTERIZAÇÃO

A agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Baseando-se em amplo estudo sobre sistemas de produção familiares no Brasil, afirma-se que os produtores familiares apresentam frequentemente as seguintes características (BUAINAIM; ROMEIRO, 2000):

- “Diversificação”: Quanto maior a diversificação dos sistemas, menores os riscos a que os produtores se expõem, sendo que os autores verificaram essa diversificação na maior parte dos estabelecimentos familiares estudados.
- “A Estratégia de Investimento Progressivo”: A maior parte das estratégias de “acumulação” e de aumento de produtividade dos agricultores familiares está baseada em pequenos volumes de capital, que podem ser acumulados de forma progressiva (cabeças de gado acumulados ao longo dos anos, equipamentos de irrigação adquiridos progressivamente, máquinas e implementos usados, etc.).
- “A Combinação de Subsistemas Intensivos e Extensivos”: Os produtores familiares adotam, em geral, sistemas que conjugam atividades intensivas em trabalho e terra, com atividades mais extensivas. Quanto maior a disponibilidade de área, maior a participação de sistemas extensivos (cana, pecuária de corte, citricultura). Nestes casos, a prioridade do produtor é introduzir sistemas que garantam uma boa produtividade do trabalho, mesmo que com baixa rentabilidade por unidade de área. No sentido contrário, quanto menor a disponibilidade de área, maior a importância relativa dos cultivos altamente exigentes em mão-de-obra e altamente intensivos no uso do solo (horticultura irrigada e fruticultura). Nessa situação, a estratégia é gerar a maior renda possível por hectare, mesmo que a produtividade do trabalho das produções não seja das mais elevadas.
- “Uma Grande Capacidade de Adaptação”: Os agricultores familiares tem grande capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e ou mudanças mais gerais da situação econômica do país. Outra característica cada vez mais presente na agricultura familiar brasileira é a “pluriatividade” (BUAINAIM; ROMEIRO 2000).

4.2 A IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço, ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade, e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, essa não é uma

realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos (SCHNEIDER, 2003).

A alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda tornou a agricultura familiar elemento fundamental da modernização agrícola e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais. A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar vem ganhando força, impulsionada através de debates embasados no desenvolvimento sustentável, bem como na geração de emprego e renda, e na segurança alimentar. Também é premente a necessidade de resgatar a dívida social com a agricultura familiar em decorrência da agricultura moderna. Sabendo-se ainda que a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada pela exploração familiar, e que o produtor familiar não possui um único padrão cultural, social e econômico, mas difere entre si intensamente, faz-se necessário estudá-lo em suas várias formas. A capacidade (ou incapacidade) de sustentação e reprodução desse agricultor com a prática agrícola que exerce, e o contexto socioeconômico no qual ele está inserido, poderão mostrar um caminho a ser seguido pelas políticas públicas, e uma base para futuros estudos acerca do produtor, da produção familiar e seu posicionamento quanto à agricultura sustentável (GOMES, 2004).

5 SURGIMENTO DAS FEIRAS

No Brasil, há evidências de feiras livres desde os tempos da colonização e, apesar da modernidade, elas resistem, sendo em muitas cidades do interior do país, o único local de comércio da população, funcionando também como centros de educação, cultura e entretenimento (FORMAN, 1979).

Acredita-se que a principal causa da origem das feiras foi a formação de excedentes de produção, havendo a necessidade de troca de mercadorias, primeiramente, entre grupos vizinhos e, posteriormente, disponibilizando os produtos para grupos do entorno das comunidades. O movimento de surgimento das feiras foi acompanhado de uma demanda natural das pessoas por oferecer um ambiente onde se pudesse agregar a maioria dos produtos, disponibilizando-os a um maior número de pessoas, vendendo ou trocando excessos por outros produtos dos quais se tinha falta. É importante destacar que as autoridades tinham grande interesse quanto à colocação de feiras em suas regiões, porque elas contribuía para o aumento do fluxo de recursos nas mesmas, bem como seriam negociados os produtos da própria comunidade. As feiras livres constituem o princípio fundamental dos mercados. Numa abordagem socioeconômica, elas representam um ponto de encontro entre vendedores e compradores – feirantes e fregueses – para realizarem todo o tipo de troca de produtos (BRAUDEL, 1998).

5.1 AS FEIRAS LIVRES DE CHAPECÓ/SC

A feira pode ser considerada como um lugar de trabalho normal, no qual os feirantes têm um contato direto com seus clientes. Mas o ambiente tem que ser propício para tal, favorecendo os dois lados. Deve ser um lugar limpo e agradável.

Para Schneider (2006), a feira é o espaço que promove o encontro direto do agricultor com o consumidor, com o objetivo de efetuar a comercialização de seus produtos. A Feira de Produtos Coloniais e Agroecológicos já se tornou uma tradição em Chapecó-SC, existindo há muitos anos. O evento, hoje localizado no centro da cidade, já funcionou em vários locais, sendo que os últimos foram na Rua Porto Alegre, entre as ruas Mal. Deodoro e Mal. Bormann, e ao lado do Estádio Índio Condá, na rua Mal.

Florianópolis, este com infra-estrutura insuficiente para atendimento adequado ao consumidor.

As feiras atraem seus consumidores pela organização e também pelo preço, eles são unidos ajudando uns aos outros, pois todos são agricultores e sabem do valor de seus produtos. Os consumidores passaram a ser mais exigentes nos dias de hoje, buscando qualidade nos produtos. Então todos se esforçam para oferecer o melhor, não havendo concorrência.

6 CHAPECÓ/SC

A área territorial de Chapecó corresponde a 624,31 Km², estando limitada ao Norte pelos municípios de Coronel Freitas, Nova Itaberaba e Cordilheira Alta; ao Sul pelo Estado do Rio Grande do Sul; a Leste pelos municípios de Seara, Arvoredo e Xaxim e Oeste pelos municípios de Guatambu e Planalto Alegre (IBGE, 2000).

Segundo os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2005), o município de Chapecó conta com 2.185 empresas no segmento comercial, 1.753 no setor de serviços, têm 529 indústrias, 234 empresas no setor da construção civil e 190 no setor agropecuário e extração. Esses setores empregam 43.589 pessoas, sendo que o setor que mais emprega é o de serviços com 14.737 empregados, seguido pela indústria com 13.798 empregados, e o comércio com 12.068 vagas. Pode-se dizer que estes setores possuem participação decisiva no desenvolvimento econômico e social do município, através da geração de emprego e renda (CHIARELLO et. al, 2008).

As atividades agrícolas do Município de Chapecó são bastante diversificadas, apresentando tanto a produção e culturas perenes quanto de culturas anuais ou temporárias. Os atrativos turísticos no espaço rural possuem beleza ímpar e são excelentes opções para desfrutar de ambientes calmos, cheios de simplicidade e, até mesmo, ambientes aventureiros (CHAPECÓ, 2014).

7 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Ao longo dos tempos, se a pesquisa social valorizou o método da pesquisa quantitativa, atualmente a pesquisa qualitativa tem sido muito empregue, não só na Antropologia e Sociologia, mas também na Psicologia, Educação e Administração de Empresas. Os estudos quantitativos procuram seguir, de um modo rigoroso, um plano estabelecido previamente, enumerando dados e usando a estatística para a análise dos mesmos. Por seu turno, os estudos qualitativos costumam ter várias direções (mudança sucessiva de planos) ao longo da pesquisa, porque o seu foco de interesse é amplo e o ponto de partida é distinto daquele presente nos estudos quantitativos. Os dados são obtidos mediante o contato (participação) do próprio pesquisador e/ou outras pessoas com o objeto de estudo. E partindo destes dados pessoais, o pesquisador fará a sua interpretação, de modo a compreender determinados fenômenos dessa realidade estudada (NEVES, 1996).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes. Dessa forma, a diferença entre

abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica (MINAYO, 2010).

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Chapecó/SC. A coleta de dados foi realizada através de um questionário abordando o perfil dos feirantes, sistema de produção e práticas ambientais sustentáveis. As entrevistas foram realizadas em momentos diferentes, primeiramente com os feirantes agroecológicos e em um segundo momento com os não agroecológicos.

Após apresentar a fundamentação teórica sobre o estudo deste trabalho, realiza-se a coleta de informações através de um questionário, tendo como objetivo a sustentabilidade ambiental nas propriedades rurais de feirantes de Chapecó/SC.

Essa entrevista teve como intuito conhecer a sustentabilidade ambiental dos feirantes agroecológicos e não agroecológicos. Foi elaborado um questionário para ser aplicado junto aos agricultores. A aplicação dos questionários ocorreu durante o mês de setembro de 2016, e foi realizada na propriedade dos agricultores nas feiras do centro, calçadão e bairro São Cristóvão. O questionário foi composto de uma pesquisa ambiental abordando o perfil, sistema de produção e as práticas sustentáveis dos feirantes.

Ao todo foram aplicados 12 questionários que representaram estatisticamente uma amostra de 6% dos agricultores.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um importante instrumento para identificação de agricultores como agricultores familiares é a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Como o objetivo do presente trabalho é entrevistar agricultores familiares, os resultados foram positivos, pois todos os feirantes agroecológicos e não agroecológicos entrevistados possuem DAP.

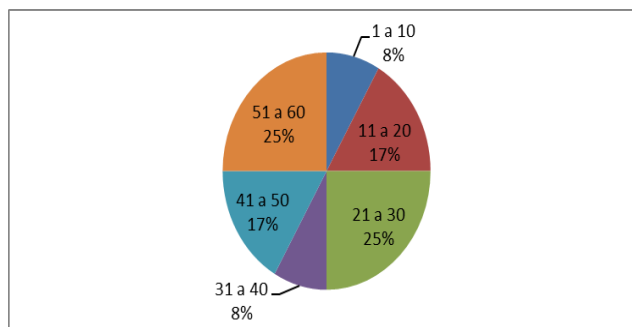
Criado em 1995, pela Resolução n. 2.191 do Banco Central do Brasil e instituído em 1996 pelo Decreto n. 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) resultou, especialmente, da mobilização nacional de várias organizações representativas da agricultura familiar, que pretendiam estabelecer condições para a reestruturação socioeconômica desse público, reafirmando a importância do acesso ao crédito para ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural com qualidade de vida (ZIGER, 2006).

Foi possível constatar – Gráfico 1 (A) e 1 (B) – que dentre os agricultores familiares feirantes agroecológicos do município de Chapecó (SC), 50% tem idade acima de 31 anos.

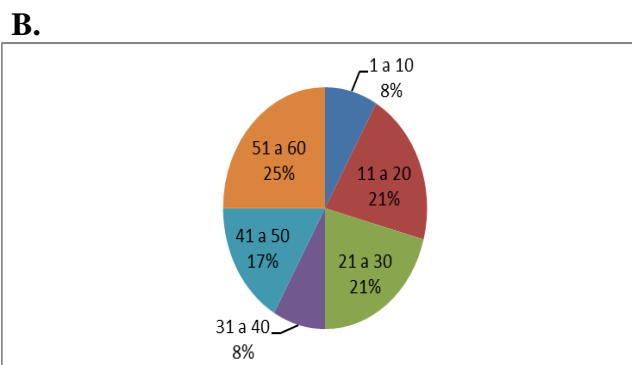
Os agricultores familiares feirantes não agroecológicos, 50% tem idade acima de 31 anos. Segundo o autor Blum (2001), essa tendência ao envelhecimento da população do meio rural ocorre devido às poucas oportunidades de oferta de mão-de-obra no meio rural para os jovens e ao baixo índice de infra-estrutura necessária para o aumento do nível de vida dos moradores. Este fato é relevante para que os jovens procurem nos centros urbanos novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida.

Gráfico 1 – Idade dos agricultores familiares feirantes agroecológicos (A) e não agroecológicos (B)

A.



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Quanto aos membros da família que trabalham na propriedade, é possível observar na Tabela 1 que, de modo geral, as famílias dos agricultores familiares feirantes agroecológicos são maiores do que as famílias não agroecológicas. Esse fator pode ser considerado facilitador da implantação de manejos agroecológicos, pois os mesmos exigem maior mão de obra dessas famílias.

Para Aires e Salamoni (2013), a produção familiar passou por muitas transformações nos últimos anos, e hoje é considerado um importante segmento na produção e diversificação de gêneros agrícolas destinados à alimentação no Brasil. Porém, as condições de vida dos agricultores familiares, muitas vezes continua precária, e para amenizar essas dificuldades, os agricultores adotam novas alternativas para empregar a mão de obra do grupo doméstico. Assim, a pluriatividade se tornou uma importante forma de geração de renda para manter as famílias no meio rural.

Tabela 1 – Número de pessoas da família que trabalham nas propriedades familiares agroecológicas e não agroecológicas estudadas

Número de pessoas	Agroecológicos	Não agroecológicos
1 a 3	1	3
4 a 6	5	3

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Quanto à escolaridade, observa-se que os agricultores familiares feirantes agroecológicos possuem maior escolaridade comparado com os não agroecológicos (Tabela 2), o que pode favorecer a compreensão da maior complexidade da agroecologia frente à agricultura convencional.

Tabela 2 – Escolaridade dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos entrevistados

Escolaridade	Agroecológicos	Não agroecológicos
1º grau completo	1	4
1º grau incompleto	7	1
		(continuação)
2º grau completo	4	8
2º grau incompleto	4	2
Superior completo	4	3
Superior incompleto	4	1

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

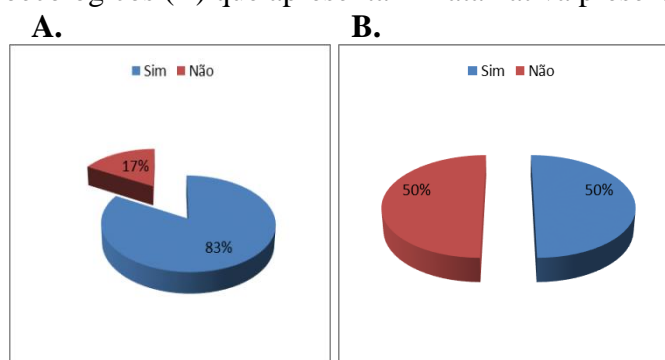
As propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos apresentam tamanho médio de 7,3 e 7,4 ha, respectivamente, constatando que apesar da Tabela 3 demonstrar que existe um maior número de propriedades agroecológicas menores que 10 ha, o tamanho médio das propriedades é bastante semelhante. O tamanho das propriedades não agroecológicas variou de 1.7 a 14 ha, enquanto o tamanho das propriedades agroecológicas variou de 1.2 a 12 ha, demonstrando que o tamanho da propriedade não define a característica de sua atividade.

Tabela 3 – Tamanho das propriedades (ha)

Tamanho da propriedade/ha	Agroecológicos	Não agroecológicos
1 a 5	2	3
6 a 10	3	1
11 a 15	1	2

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Observa-se no Gráfico 2 que as propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos preservam mais a mata nativa do que os agricultores familiares feirantes não agroecológicos.

Gráfico 2 – Porcentagem de propriedades de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) que apresentam mata nativa preservada.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

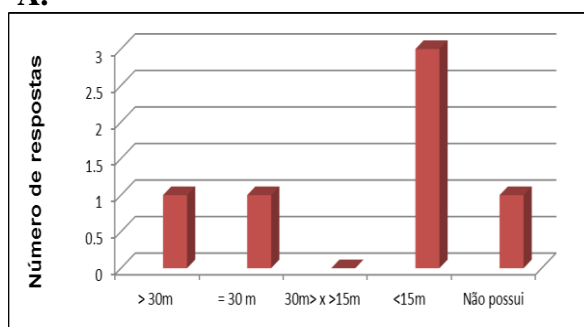
No Gráfico 3 (B) observa-se que metade dos agricultores familiares feirantes não agroecológicos tem seus rios ou nascentes desprotegidos de mata ciliar. Já o Gráfico 3 (A) destaca que metade dos agricultores familiares feirantes agroecológicos preservam mata ciliar menor que 15 metros. É importante considerar que o novo código florestal

brasileiro admite a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural em áreas de preservação permanente (mata ciliar), contanto que essas atividades estejam consolidadas desde antes do ano de 2008, respeitando uma faixa de mata ciliar de 5 metros para propriedades com até 1 módulo fiscal (20 ha para o município de Chapecó) instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

As matas que recobrem às margens dos rios e de suas nascentes recebem o nome popular de matas ciliares. Esse nome surgiu da comparação entre a proteção dos cílios aos olhos e o papel protetor das matas quanto aos corpos d'água. As matas ciliares também são conhecidas por formações florestais ribeirinhas, matas de galeria, florestas ciliares e matas ripárias. No Brasil, as matas ciliares estão presentes em todos os biomas: cerrado, mata atlântica, caatinga, floresta amazônica, pantanal e pampa. Portanto, é de se imaginar a imensa diversidade de plantas e animais que compõem tais matas nos diferentes biomas. E mesmo em cada um desses biomas, a diversidade permanece metro a metro de mata (SÃO PAULO, 2014). Essa diversidade pode auxiliar no equilíbrio da propriedade agroecológica, mantendo inimigos naturais próximos dos locais de produção, por exemplo.

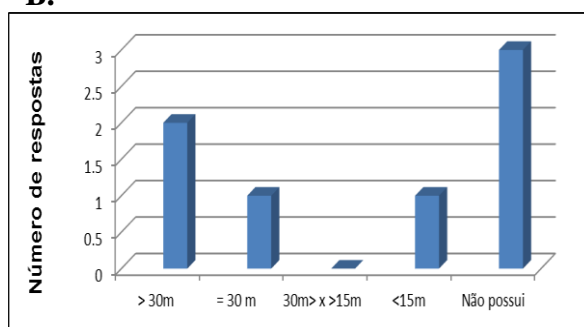
Gráfico 3 – Porcentagem de propriedades agroecológicas (A) e não agroecológicas (B) que possuem mata ciliar em rio ou nascentes

A.



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

B.

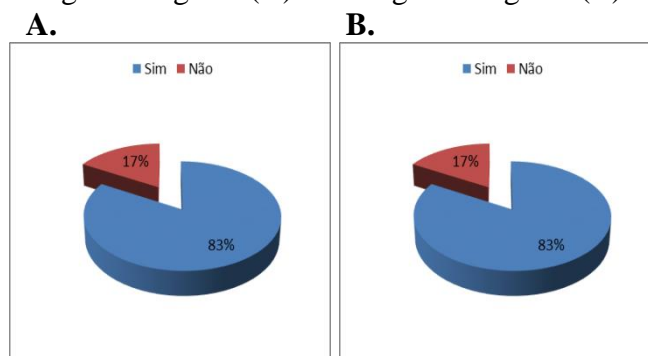


Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

A Reserva Legal se apresenta como uma oportunidade de diversificação da produção e da renda, pois pode ser utilizada por meio de manejo e exploração sustentável. Também é fundamental para a proteção dos recursos naturais, a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade e o abrigo e a proteção de fauna e flora nativas. Nas pequenas propriedades ou posse rural familiar podem ser computados plantios de árvores frutíferas, ornamentais ou industriais, compostos por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas. A Reserva Legal deve ser coberta por vegetação nativa e preferencialmente locada no interior da propriedade rural. Toda propriedade rural tem

que conservá-la por força de lei. Caso não haja vegetação nativa na área, essa pode ser recuperada ou compensada em outra área (SÃO PAULO, 2010).

Gráfico 4 – Percentagem de reserva legal nas propriedades de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B)

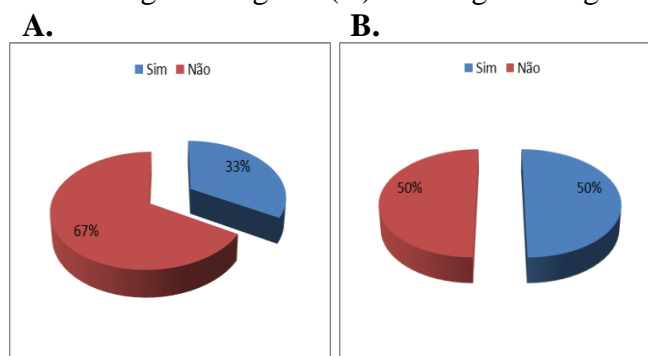


Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

A percentagem nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos foram iguais com 83% de reserva legal como mostra nos Gráficos 7 e 8. Apesar da percentagem de propriedades com reserva legal ser igual para ambos os grupos avaliados, observa-se no Gráfico 2 (B) que apenas 50% das propriedades não agroecológicas apresentam mata nativa. Isso é possível devido à existência de gravame de reserva legal em áreas e propriedades sem mata nativa.

A maior quantidade de mata nativa e de mata ciliar em rio e nascentes nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos – Gráficos 2 (A) e 3 (A) – podem refletir em menor limitação de disponibilidade de água na propriedade, como observa-se nos Gráficos 5, os quais demonstram que apenas 33% das propriedades agroecológicas apresentam alguma limitação anual de água, frente a 50% das propriedades não agroecológicas.

Gráfico 5 – Percentagem de falta ou limitação anual de água nas propriedades de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B)



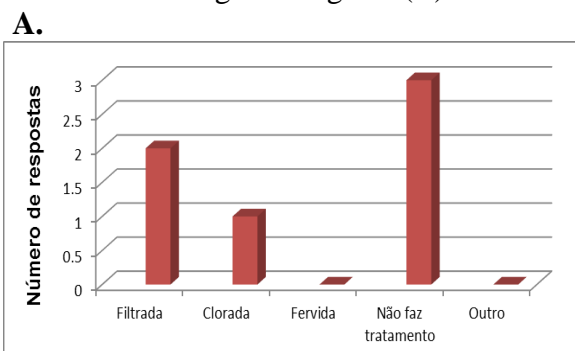
Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

A água usada para consumo nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos para a casa é de fonte protegida e poço artesiano. Para os animais, para ambos os agricultores, é a água do rio, fonte protegida e fonte a céu aberto. Na irrigação utiliza-se de água do açude, fonte a céu aberto, fonte protegida e poço artesiano. Na agroindústria a água é de poço artesiano, fonte protegida e fonte a céu aberto.

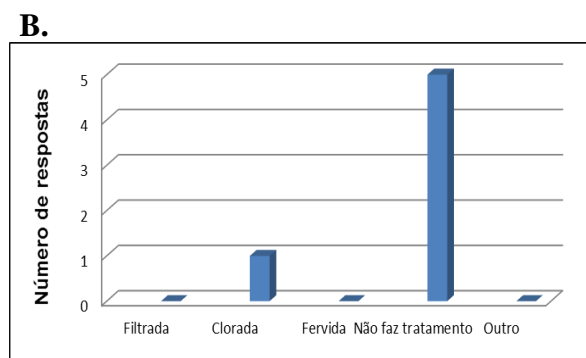
O tratamento da água usada nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos é filtrada e clorada como mostra o Gráfico 6 (A).

Nas propriedades dos agricultores familiares feirantes não agroecológicos é clorada, mas a maioria não faz tratamento, como exposto no Gráfico 6 (B).

Gráfico 6 – Tratamento da água usada para beber por feirantes agroecológicos (A) e não agroecológicos (B)



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.



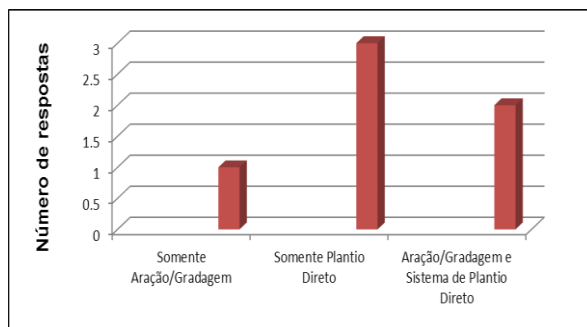
Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

A água utilizada para consumo humano deve apresentar qualidade e não ser susceptível de causar danos à saúde pública. Esta não deve apresentar cor, ter odor nem sabor. No entanto, para garantir com rigor a sua qualidade, é fundamental recorrer a análises cuidadosas a diversos parâmetros e em diversas épocas sazonais (PAULOS, 2008).

Observa-se que, considerando o manejo de solo nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos, metade das propriedades empregam somente o sistema de plantio direto, sem o revolvimento do solo, como mostra no Gráfico 7 (A). Já nas propriedades dos agricultores não agroecológicos, apenas uma propriedade conserva o solo sem revolvimento, aplicando a penas o sistema de plantio direto, demonstrando menores cuidados com a conservação do solo nesse grupo de propriedades.

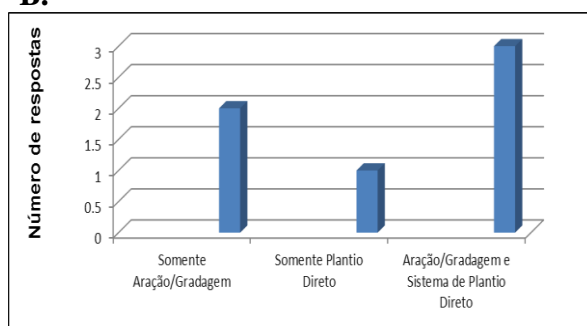
Gráfico 7 – Práticas usadas por agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) para o manejo do solo nas propriedades

A.



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

B.



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Ao discutir sobre a adubação verde, as respostas são positivas nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos, com emprego dessa técnica de adubação em uma porcentagem de 20 a 90% da área das propriedades agroecológicas e 5 a 50% da área das propriedades não agroecológicas.

Os modos de descarte do lixo doméstico mais usados nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos é a compostagem e a reciclagem, como apresenta o Gráfico 8 (A).

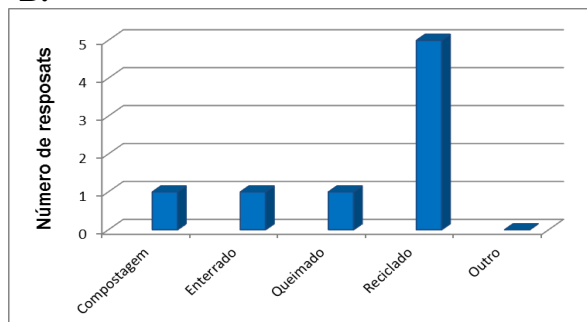
Nas propriedades dos feirantes não agroecológicos a maior parte do lixo é reciclado, como apresenta o Gráfico 8 (B).

Gráfico 8 – Modo de descarte do lixo doméstico nas propriedades agroecológicas (A) e não agroecológicas (B)

A.



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

B.

Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos não se utilizam agrotóxicos. Diferente das propriedades não agroecológicas que contam com 100% de utilização. O destino do lixo tóxico, por parte dos feirantes não agroecológicos, é a devolução das embalagens para a empresa.

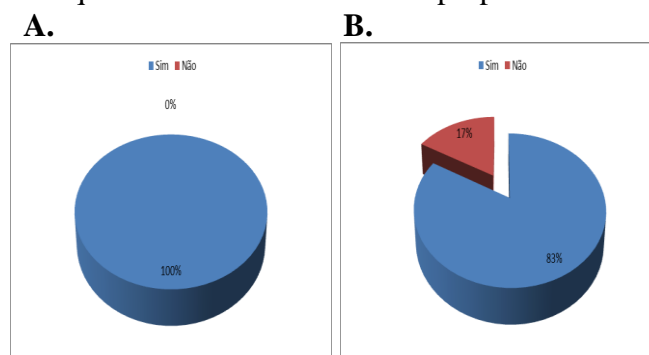
As principais atividades econômicas da propriedade dos feirantes agroecológicos são bastante diversificadas, com uma produção de hortaliças, melado, caldo de cana, suco, frutas (morango, banana, laranja), erva mate, batata e mandioca.

Observa-se que os agricultores não agroecológicos possuem uma atividade econômica menos diversificada, como queijo e hortaliças.

O CAR é um importante instrumento para gerar e integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. Foi instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.830/2012, sendo obrigatório para todos os imóveis rurais do território nacional, que representam cerca de 5,5 milhões de imóveis rurais (MMA, 2016).

Observou-se, como mostra o Gráfico 9 (A), que os agricultores familiares feirantes fizeram o CAR em suas propriedades enquanto que dos não agroecológicos apenas 83% fizeram como mostra no Gráfico 9 (B).

Gráfico 9 – Porcentagem de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) que fizeram o CAR em suas propriedades

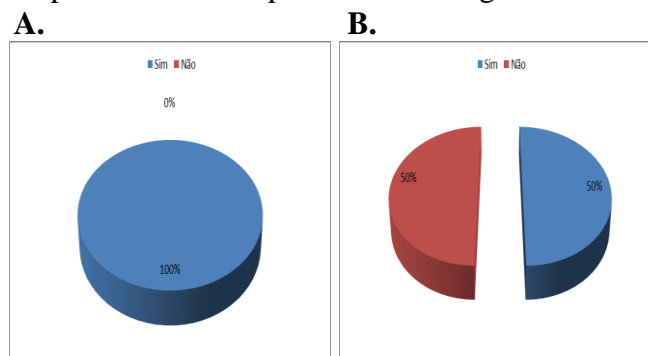


Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Ao perguntar se práticas de sustentabilidade ambiental podem melhorar as atividades econômicas das propriedades, os agricultores familiares feirantes agroecológicos responderam que sim, com argumentos afirmando que as práticas auxiliam no “controle de insetos e de pragas, promovem o bem-estar das pessoas, ajudam a manter o equilíbrio, produzem inimigos naturais, diversificação, biodiversidade de insetos e qualidade de vida, sendo fundamentais”. As respostas dos agricultores não agroecológicos também foram sim, argumentando que “pela preservação, cada um tem que fazer sua parte nas propriedades” destacando também “a importância da biodiversidade”. De modo geral, observou-se que os agricultores familiares feirantes agroecológicos, por seus argumentos, apresentam maior entendimento da relação da sustentabilidade ambiental com os resultados da sua produção.

Esse maior entendimento pode ser reflexo da maior porcentagem de agricultores que participam de cursos/palestras sobre a agricultura sustentável no meio agroecológico, onde 100% dos agricultores informam ter participado, como mostra o Gráfico 10 (A), comparado aos não agroecológicos, onde apenas 50% de participação foi registrada, como apresenta o Gráfico 10 (B).

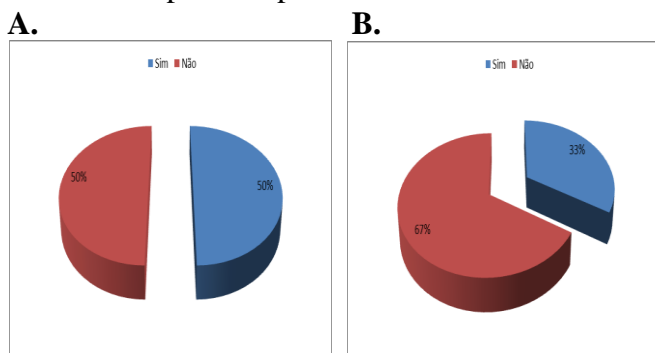
Gráfico 10 – Porcentagem de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) que participaram de cursos/palestras sobre agricultura sustentável



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

A porcentagem de estudo a respeito de práticas de sustentabilidade ambiental entre os agricultores familiares feirantes agroecológicos é de 50%, como aponta o Gráfico 11 (A), enquanto que entre os agricultores não agroecológicos é de 33% como mostra no Gráfico 11 (B).

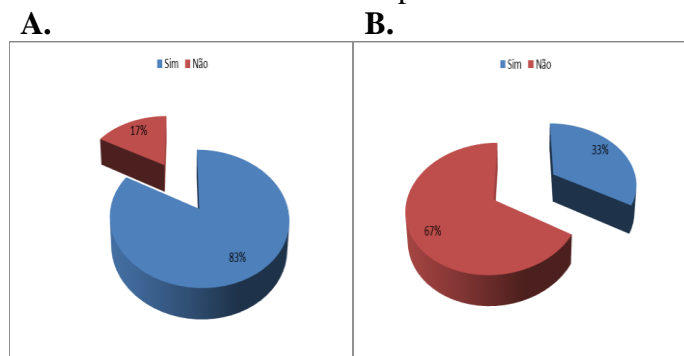
Gráfico 11 – Porcentagem de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) que estudaram a respeito de práticas de sustentabilidade ambiental



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

A porcentagem dos agricultores familiares feirantes que utilizam materiais ou cartilha sobre as práticas de sustentabilidade ambiental, como mostra o Gráfico 12 (A), também é superior aos dados observados nos agricultores não agroecológicos, apontados no Gráfico 12 (B), mostrando maior interesse por parte dos agroecológicos.

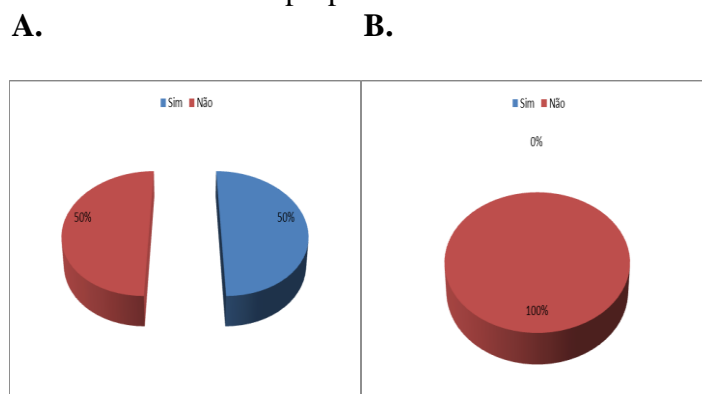
Gráfico 12 – Porcentagem de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) que usou algum material ou cartilha sobre as práticas de sustentabilidade ambiental



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

No Gráfico 13 (A) observa-se que 50% dos agricultores familiares feirantes agroecológicos recebem assistência técnica que contribui para a sustentabilidade ambiental, enquanto que 100% dos agricultores não agroecológicos não recebem assistência Gráfico 13 (B).

Gráfico 13 – Porcentagem de agricultores agroecológicos (A) e não agroecológicos (B) que recebem assistência técnica que contribui para a sustentabilidade ambiental em sua propriedade



Fonte: Elaborado a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

Além do menor nível de instrução demonstrado nos Gráficos 10, 11 e 12, os agricultores familiares não agroecológicos também recebem menos assistência técnica, o que limita ainda mais a qualidade ambiental de suas propriedades.

Poucas foram as considerações finais por parte dos feirantes. Os agroecológicos consideram que o futuro é a agroecologia e que precisam de mais apoio e assistência técnica. Os feirantes não agroecológicos consideraram que a não utilização de agrotóxicos seria uma realização de vida e que a agroecologia é muito importante.

Na Tabela 4 foi abordado o perfil dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos. O objetivo foi construir o perfil dos feirantes sobre agricultura sustentável e práticas ambientais. Observou-se que o nível de instrução dos

agricultores agroecológicos é maior, assim como o tamanho da propriedade e a preservação da mata nativa e ciliar. A falta e limitação de água são maiores nas propriedades dos agricultores familiares não agroecológicos. Em relação ao CAR, a participação em cursos e palestras, práticas de sustentabilidade, uso de material ou cartilha, e apoio de assistência técnica, é possível identificar que nas propriedades dos agricultores familiares feirantes agroecológicos esse é maior, demonstrando que o maior conhecimento pode gerar propriedades com maior sustentabilidade ambiental.

Tabela 4 – Perfil dos agricultores familiares feirantes agroecológicos e não agroecológicos

Perfil	Agroecológicos	Não Agroecológicos
Nível de instrução	Maior	Menor
Tamanho da propriedade	Maior	Menor
Preservação da mata nativa e ciliar	Maior	Menor
Falta ou limitação de água	Menor	Maior
Fizeram o CAR	Maior	Menor
Participação em cursos/palestras	Maior	Menor
Práticas de sustentabilidade	Maior	Menor
Uso de material e/ou cartilha	Maior	Menor
Apoio de assistência técnica	Maior	Menor

Fonte: Elaborada a partir dos dados de pesquisa da autora, 2016.

9 CONCLUSÃO

Conclui-se que o perfil dos feirantes sobre agricultura sustentável e práticas ambientais nas propriedades dos agricultores agroecológicos tem um maior nível de instrução e de assistência técnica, o que se reflete em uma maior compreensão da importância da sustentabilidade ambiental e na aplicação de práticas ambientalmente mais sustentáveis.

Ainda existem limitações nos dois grupos quanto ao tratamento do lixo e a necessidade de mais assistência técnica.

Uma das maiores dificuldades ao aplicar esse questionário foi que a maior parte dos entrevistados eram mulheres, as quais, em sua maioria não cediam informações da propriedade por não terem conhecimento suficiente sobre os dados. O tempo cedido por parte dos feirantes foi pouco, sendo que foram realizadas visitas nas propriedades e nas feiras até se conseguir concretizar a pesquisa, considerando que a entrevista tinha apenas 22 questões, em sua maior parte objetivas.

Por falta de tempo de pesquisa e dos feirantes foram entrevistadas apenas 12 famílias. Porém, foi o suficiente para a construção do trabalho.

Nessas entrevistas foi possível concluir que o perfil dos feirantes sobre agricultura sustentável e práticas ambientais nas propriedades dos agricultores agroecológicos tem um maior nível de instrução e de assistência técnica, o que se reflete em uma maior compreensão da importância da sustentabilidade ambiental e na aplicação de práticas ambientalmente mais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- AIRES, C. H. L.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e as relações sociais de trabalho: um estudo sobre a pluriatividade na Vila Freire – Cerrito – RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1 p.41-54, jan./abr. 2013.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. Agricultura familiar na região sul do Brasil. **Consultoria UTF/036-FAO/INCRA**, 1996.
- BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo: Ed. UFP, 2001.
- BRAUDEL, F. **Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRASIL. **Módulo de Cadastro e Manual do Usuário**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Serviço Florestal Brasileiro (SFB), v.2., 2016.
- BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção**. Projeto: UTF/BRA/051/BRA, 2000.
- Cadernos de Educação Ambiental - MATAS CILIARES. 2 ed. São Paulo: Secretária e Meio Ambiente, 2014.
- CENSOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA 1975, 1985, 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CHAPECÓ. Lei nº 541, de 26 de novembro de 2014. **Plano Diretor de Chapecó**. Disponível em: <<https://web.chapeco.sc.gov.br/documentos/?f=/Sedema/Plano%20de%20DesenvolvimentoD%20Rural.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- CHIARELLO, M. et. al. Feiras livres: uma alternativa de geração de renda aos agricultores familiares de Chapecó (SC). In: II ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE ARTIGOS CIENTÍFICOS. ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO REGIONAL, Chapecó, 2008.
- EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- FORMAN, S. Camponeses: Sua Participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GIORDANO, S. R. Gestão Ambiental no Sistema Agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.;
- GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista De Biologia E Ciências Da Terra**, v.5, n.1, 2004.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. **Instituto de Economia Agrícola**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

KAMIYAMA, A. **Agricultura sustentável**: Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo: SMA, 2011.

_____. **Cadernos de Educação Ambiental**: agricultura sustentável. São Paulo: SMA, 2011.

LUZZARDI, R. E. S. As origens da agricultura sustentável. **Educação ambiental**: sustentáculo para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Capão do Leão, v.17, p.63, jul/dez. 2006.

MALAVOLTA, E. Fertilizantes, corretivos e produtividade: mitos e fatos. REUNIÃO BRASILEIRA DE FERTILIDADE DO SOLO E NUTRIÇÃO DE PLANTAS, 1997, p.89-153.

MARCATTO, C. **Agricultura Sustentável**: Alguns Conceitos e Princípios. Disponível em: <<http://www.ipcp.org.br/Referencias/seAlimentando/Cartilha-agricultura-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, v.1, n.3, São Paulo, 1996.

SEBRAE. **PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável: mais alimento, trabalho e renda no campo**. Cartilha passo-a-passo. 3. ed. Brasília: SEBRAE, 2009.

PAULOS, E. M. S. **Qualidade da água para consumo humano**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.

PIERRI, M. C. Q. M. **A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura familiar**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/artigos-2009/Artigo_025.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

PRETTY, J. N. **Regenerating agriculture: policies and practice for sustainability and selfreliance**. Londres: Earthscan Publications Ltd, 1995.

RODRIGUES, G. S. **Agricultura sustentável, gestão ambiental e eco-certificação de atividades rurais**. Disponível em: <http://webmail.cnpma.embrapa.br/down_hp/346.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

SÃO PAULO (Estado). **Reserva Legal**. 1 ed. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2010.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. A. **Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHLINDWEIN, S. L.; PAULUS, G. **Agricultura Sustentável ou (re) Construção do Significado de Agricultura?** Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. 2001.

SCHNEIDER, D. R. Comunicação integrada de marketing das agroindústrias familiares rurais de Chapecó-SC. **Revista Essência**, ano 4, n.3, p.31-46. maio 2006.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, fev. 2003.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números: Chapecó.** Florianópolis: SEBRAE, 133p., 2013.

SILVA, D. B. Sustentabilidade no Agronegócio: dimensões econômica, social e ambiental. **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, v.1, n.3, p.23-34, Dourados, jul-dez. 2012.

SOUZA, J. L. CULTIVO ORGÂNICO DE FRUTAS E HORTALIÇAS . XX Congresso Brasileiro de Fruticultura. In: 54TH ANNUAL MEETING OF THE INTERAMERICAN SOCIETY FOR TROPICAL HORTICULTURE, Vitória, 2008.

VERONA, L. A. F. **Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul.** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2008.

ZIGER, V. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas.** Disponível em:
<<http://infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/73.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

ABSTRACT

The present study was based on rural farms of farmers, located in Chapecó/ SC, and had as premise to analyze the local environmental sustainability. This work was developed in 12 agricultural units of the municipality of Chapecó, 6 of which are organic and are 6 conventional. The method used to fulfill the objectives of the research was the application of a questionnaire having as sustainability indicator the environmental dimension composed by: water, agricultural area, preservation areas, soil status, field experience, planting, irrigation, agrochemical management, management of the soil, ecological practices and production risks. It was observed that the profile of farmers on sustainable agriculture and environmental practices on organic farmers' farms has a higher level of education and technical assistance, which is reflected in a greater understanding of the importance of environmental sustainability and the application of more environmentally friendly practices sustainable development.

Keywords: Sustainable agriculture; Free fairs; Family farming; Environment.